

# APRESENTAÇÃO

## PAISAGEM

O CITCEM decidiu organizar e editar um volume da revista *CEM/cultura, espaço & memória*, com o tema «Paisagem».

O termo «Paisagem» tem sido ao longo dos tempos, um dos mais ambíguos no vocabulário usual e no vocabulário científico. No entanto, no final do século XX tornou-se suporte de uma das recentes aquisições conceptuais, a Paisagem Cultural, ampliando-se como produto influente nas economias modernas. Para compreendê-la, a reflexão aponta-nos o uso preferencial de noções assentes na leitura histórica e antropológica de tudo que foi construído pelo homem sobre o espaço natural. Deste modo, a constituição da Paisagem, cada vez mais reconhecida como Património, convida a perscrutar o tempo, objetivamente avaliado, servindo para reconhecer o passado. A conjugação do tempo com as realidades físicas e materiais, a que devemos acrescentar a subjetividade do observador, ajudam a perceber parte da complexidade do que vulgarmente é denominado como «sistema paisagem». Queremos perpecionar a conformação do território, tornado transdisciplinar pelos contributos científicos que normalmente explicam a paisagem material, tais como as ciências naturais, a arqueologia, a história, a geografia, a arquitetura, entre outras, mas também pelas que abordam perspetivas do imaterial.

Reconhecer critérios de observação e acolher estratégias de intervenção e de sedução, em busca da harmonia, são algumas das preocupações que queremos debater e aprofundar, intimamente ligadas ao uso e usufruto da paisagem quando assumida como património, conscientes das mutabilidades urbanas e rurais que exigem atitudes específicas de gestão, de preservação e de valorização. Em contrapartida, a evolução de políticas internacionais faz apelo ao reconhecimento da diversidade, assumida como identitária e cada vez mais como marketing territorial.

Interpretando-se a lógica de transdisciplinaridade do CITCEM, entende-se do maior interesse que as propostas de comunicação incidam sobre campos de abordagem diversos, quer seja na análise e interpretação cronológica da construção milenar da paisagem, quer seja na leitura cultural através das disciplinas explicativas e interpretativas da Paisagem, quer seja através de casos da valorização e gestão da realidade atual.

Também o âmbito em que se usa a palavra «paisagem» tem que ser harmonizado e esclarecido. Os valores que têm conformado a nossa cultura consumista induziram à aceitação da «paisagem» como se fosse mais uma «coisa» de que dispomos. No entanto, não é uma «coisa», não é um objeto grande nem um conjunto de objetos configurados

pela natureza ou transformados pela ação humana. Também não é só o meio físico que nos rodeia ou sobre o qual nos situamos e movemos. A «paisagem» é uma construção, uma elaboração mental que os homens concretizam através de «fenómenos» da cultura. A «paisagem», entendida como fenómeno cultural, é uma convenção que varia de uma cultura para outra e que, por isso, nos obriga a esforço racional e de imaginação para a perceber nessas outras culturas, noutras épocas e com outros meios sociais diferentes do nosso. Na busca de harmonização de processos de gestão para as paisagens, o Conselho da Europa desenvolveu vários estudos no final do século XX. Como consequência, segundo a Convenção promovida pelo Conselho da Europa em 2000, entende-se por paisagem «qualquer parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter intrínseco é resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos». Dito de outra forma, «A Paisagem é resultado do casamento do trabalho do Homem com a Natureza»<sup>1</sup>.

Interpretando a «paisagem cultural» como fruto do casamento da natureza com a cultura, na medida em que resulta exclusivamente de obras conjugadas da natureza com o homem, aceitamos que a paisagem seja o resultado da transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade num espaço determinado.

A importância crescente que este conceito tem vindo a denotar não resulta unicamente de uma atenção crescente para com um bem que já foi paisagem natural e que, apesar de finito, se sente afetado por intervenções públicas e privadas cada vez mais volumosas e cada vez com mais impacto, mas também resulta da crescente importância identitária, conceptualmente expressa, constituindo recurso singular, complexo, cujo valor reside nos fatores objetivos que o configuram de forma substancial e ainda nos fatores endógenos que o suportam.

A partir do momento em que se considera imprescindível o concurso da percepção humana para a existência da paisagem, introduzindo o fator «subjetividade do observador» na passagem gradual de «paisagem natural para construída», a componente cultural assume um papel de extraordinária relevância, mesmo quando os espaços são dominados por valores naturais.

Supportados neste conceito de Paisagem Cultural, o objetivo é salientar, através da denominação, aquelas paisagens em que os valores culturais se destacam no conjunto e fundamentam a singularidade de um território, derivando daqui ou imanando daqui como objeto e espaço que exige gestão específica.

Ao mesmo tempo que se valoriza a dimensão temporal e a dimensão espacial da paisagem identitária, reconhece-se a evolução humana e identificam-se as «marcas» que o homem deixou ao longo do tempo e que resultam exclusivamente de obras conjugadas do homem com a natureza. Ao aceitarmos que a paisagem é o resultado da transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade num espaço determinado, temos que reconhecer e aceitar um intrínseco carácter dinâmico. Neste sentido, especialmente como arqueólogo, desafio a evoluirmos na aplicação do conceito de «autóp-

<sup>1</sup> DOWER, MICHAEL (1999) — *Le Paysage: Mariage de la Nature et de la Culture*. «Patrimoine Européen», 19. Strasbourg, p. 19-20.

sia», entendido como análise do passado, para a aplicação do conceito de «biopsia», procurando analisar o que se está a passar, desafiando a pensar de forma prospetiva.

Na qualidade de arqueólogo tenho vindo a refletir sobre a evidência do «património construído» como sinónimo de «coisas feitas pelo homem», cabendo-nos também reconhecer que a sua disponibilização aos nossos sentidos é feita por «evidência direta» ou apenas «após exumação por metodologia arqueológica». Assumindo a importância do observador contemporâneo, podemos designar o primeiro grupo como «património arquitetónico» e o segundo como «património arqueológico».

Sendo a paisagem um sistema dinâmico a resistência ecológica da Paisagem é determinante para a sustentabilidade dos usos antrópicos que a modelaram dentro de limiares de sustentabilidade.

Servindo como desafio para estes limiares, a fotografia da capa desta revista é um cenário real que ainda pode ser observado em torno do mesmo rio Douro que Estrabão salientou. Juntam-se as ruínas da indústria da primeira metade do século XX, as casas e as demais «contradições» que o homem ali foi construindo. Esta fotografia é um mero exemplo.

Atualmente, a paisagem cultural passível de proteção é aquela em que a adequação entre as componentes ecológicas e as culturais é mais efetiva, embora este reconhecimento seja, por vezes, muito subjetivo e, como tal, sujeito a debate e reflexão. O CITCEM decidiu contribuir para o debate e para a reflexão ao editar este volume da revista *CEM/cultura, espaço & memória*, com o tema «Paisagem», onde se apresentam exemplos de construção de paisagem, modos diversos de a observar e, também, contributos para o seu reconhecimento.

Contribuímos de forma transdisciplinar para a reflexão indispensável sobre a realidade atual, assumindo a vastidão que os desafios para gestão global de Paisagem no século XXI são diversificados, difíceis e diários. Pensando-se na otimização da sua disponibilização e usufruto, podemos falar, por exemplo, da necessidade de «limpeza» de solo densificado através da demolição de alguns edifícios e da conversão do solo em áreas verdes, assim como podemos propor a «desclassificação» de solo edificável ou defender-se a «programação» do ritmo de construção, limitando a taxa anual de crescimento do edificado. Podemos defender a «incentivação» da reconstrução e da conservação do edificado, assim como podemos propor a «incentivação» da cidade identitária em detrimento da «aglomeração urbana».

Estes desafios gerais que surgem em muitas abordagens modernas e que estão presentes em todas as estratégias que atualmente se apregoam, exigem análises suportadas, partilha de interesses e de responsabilidades. As reflexões que os autores publicam neste número temático procuram contribuir para essa partilha.

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

**Lino Tavares Dias**  
(Editor da CEM 2013)

